

## A planificação da economia na obra de Roberto Simonsen

### Uma discussão em torno do pensamento industrialista brasileiro (1939-1945)

Maurílio Rompatto  
Professor de História  
da Faculdade Estadual de Ciências  
Econômicas de Apucarana – FECEA

**Resumo:** Ao analisar a obra do empresário, engenheiro e historiador Roberto Simonsen, tem-se por objetivo, nesse trabalho, investigar a perspectiva com que esse autor enfrentou o debate sobre a industrialização no Brasil. Abordando suas principais ideias, pontuo sua preocupação com a situação de atraso da economia nacional e com a crise capitalista aberta a partir de 1929. Crise esta que vinha arrastando nações já industrializadas a soluções cada vez mais extremistas, como ao comunismo e ao fascismo. Procurando evitar a crítica rasa, por um lado, e a apologética, por outro, trabalhei com a hipótese de que não se deve enquadrar a obra de Simonsen como expressão do pensamento conservador e autoritário, como outros autores já o trataram; mas que sua proposta para o desenvolvimento da economia brasileira implicava em uma intervenção governamental cautelosa no sentido de se precaver contra os problemas sociais do capitalismo industrial. A transformação de uma economia agro-exportadora, como era o Brasil de sua época, para uma economia industrial, deveria ser promovida não apenas por uma simples intervenção do Estado na economia, mas por uma intervenção planejada que tivesse por meta a conciliação das forças produtivas da nação, evitando-se, com isso, o conflito de classes e a revolução social. Diante do aprofundamento da crise capitalista provocada pelo segundo conflito mundial (1939-1945), o então presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Roberto Simonsen, radicaliza sua proposta intervencionista propondo ao governo do Estado Novo a total intervenção do Estado na economia, mediante um amplo projeto de planificação econômica para o país. Para Simonsen, aquele seria o momento para o governo brasileiro enterrar de vez a orientação econômica liberal e dar vez a intervenção do Estado na economia. Além de apresentar como Simonsen atuou politicamente para colocar em prática sua proposta de intervenção de Estado, torna-se imprescindível, neste trabalho, dar espaço à polêmica travada entre Roberto Simonsen e o professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, Eugênio Gudin, a respeito do planejamento da economia nacional. Com isto, o presente trabalho traz como principal objetivo expor o debate acerca de qual tendência seria a mais apropriada para a orientação da economia brasileira no contexto da Segunda Guerra Mundial, a liberal defendida pelo economista Eugênio Gudin ou a intervencionista defendida pelo engenheiro Roberto Simonsen.

**Palavras-chave:** liberalismo; intervencionismo; planejamento.

#### 1. A era do intervencionismo

A intervenção do Estado na economia foi adotada em quase todo o mundo capitalista após a crise de 1929. No enfrentamento da crise capitalista em cada país, o intervencionismo tomou as mais diversas formas. Em alguns casos, assumiu uma feição extremamente nacionalista, como o nazismo alemão e o fascismo italiano. Em outros, como o New Deal americano, foi menos traumático politicamente, mas economicamente bem determinado.

Seria desnecessário discorrer aqui sobre as demais formações nacionais, cuja direção política foi o corporativismo de Estado, pois o intuito desse artigo é esclarecer que a proposta ou idéia simonseniana de intervenção do Estado na economia não foi uma idéia fora de lugar ou de contexto. Pode-se adiantar que se o século XX não foi exatamente o século do corporativismo, como queria o economista romeno Michael Manoiesco, pelo menos o período que vai da crise de 1929 à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o sistema foi largamente adotado pelos Estados nacionais, inclusive pelo governo brasileiro.

A presença marcante de representantes da indústria na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, entre eles nomes como os de Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Alexandre Siciliano Jr., Jorge Street e Álvaro Assunção, levou o governo de Getúlio Vargas a intervir cada vez mais na economia.

Segundo Rosa Maria Vieira (1987), criou-se, nesse período, uma série de órgãos e comissões destinados a estudar e a orientar as diversas atividades econômicas no país. Surgiram nesse período, “o Departamento Nacional de Produção Mineral (1934), o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), a Comissão de Defesa da Economia Nacional (1939)” (VIEIRA, 1987, p. 125).

Na primeira metade da década de 1940, em coincidência com a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aprofundamento do processo de intervenção do Estado na economia. Com o objetivo de estimular o setor industrial mais órgãos e comissões executivas foram criadas, dando origem, em 1940, à Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; em 1941, a Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes e a Comissão Nacional de Ferrovias; em 1942 a Comissão Executiva Têxtil e a Comissão do Vale do Rio Doce e em 1944 a Comissão da Indústria de Material Elétrico.

No setor dos recursos naturais Rosa Maria Vieira (1987) diz que o governo estabeleceu ainda “o Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia” (1940) (VIEIRA, 1987, p. 125).

Com a instalação do Estado Novo em 1937 esta política intervencionista se torna ainda mais intensa. Segundo Rezende Filho (2002), desde 1937, Vargas já vinha executando uma política claramente intervencionista, em que o Estado ocupava um papel “regulador sobre a atividade econômica, que se aproximava da planificação”. Reservava-se também a “atuação em certas áreas consideradas estratégicas, (...)”, sob o argumento da ‘utilidade pública’ Visando a execução de seu programa de industrialização, o governo do Estado Novo criou inúmeros órgãos federais para regulamentar de forma ampla as várias atividades econômicas, além disso, criou “uma legislação de forte cunho nacionalista, cujos melhores exemplos foram a Lei Antitruste, os Atos Contrários à Economia Nacional e a Lei sobre Crimes contra a Economia Popular” (REZENDE FILHO, 2002, p. 36).

Essa proposta intervencionista surgiu, originalmente, em 1936, quando da participação de Roberto Simonsen no Conselho Federal do Comércio Exterior, instituído por Getúlio Vargas em 1934 para encontrar, mediante um inquérito, as providências aconselháveis ao incremento da expansão industrial.

Os resultados desse inquérito foram apresentados ao governo Vargas em 1937 e apontavam para a fragilidade da indústria nacional, estruturada ainda, em sua maior parte, sobre um parque industrial de transformação e dependente da importação de bens de capitais. Seu crescimento apresentava uma característica cíclica, vivendo de avanços e de recuos, conforme as crises. A estabilidade só poderia ser colimada mediante a intervenção e o planejamento econômico.

A principal meta dessa intervenção seria criar a indústria básica com a finalidade precípua de fornecer à indústria nacional os bens de capitais necessários ao seu aparelhamento. Essa indústria básica viria consolidar e assegurar o desenvolvimento industrial do país, de forma autônoma e relativamente independente, sem a recorrência habitual à importação de bens de capitais.

Já nos primeiros anos do Estado Novo se podia observar uma política econômica voltada para o desenvolvimento da indústria de base. Em 1939, através

do Decreto nº 1.058, o governo havia instituído o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, cujos objetivos principais eram a criação de indústrias básicas, a execução de obras públicas e a defesa nacional dos elementos necessários ao desenvolvimento do país.

A posição hesitante do governo brasileiro durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, que mantinha o país numa posição relativamente neutra, levou o governo americano a enviar ao Brasil, em 1942, uma missão técnica chefiada por Morris Llewellyn Cooke, para estudar a possibilidade de intensificação da produção brasileira voltada para a guerra.

Segundo Carlos von Doellinger (1977), a Missão teria vindo ao Brasil,

imbuída de forte conteúdo político, visto que em 1942 era fundamental para os Estados Unidos contar com ampla cooperação do Governo brasileiro. Nessas condições, era de esperar que seu relatório sublinhasse a necessidade de aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica do País, de suas indústrias de base, até mesmo como garantia para o suprimento de certos insumos caso a guerra se prolongasse indefinidamente (DOELLINGER, 1977, p. 11).

À constatação da Missão Cooke de que a produção nacional era insuficiente, Simonsen acrescentava que essa insuficiência estava presente em quase todos os setores da produção industrial:

a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão para o transporte e motores industriais; 3) carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra (SIMONSEN, 1945, p. 88).

Além de dependente, “o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência” (SIMONSEN, 1945, p. 88); prevalecem em nosso meio processos industriais de cem anos atrás. Assim:

na idade do aço e do vapor, a liderança industrial pertenceu às regiões mundiais em que se encontravam depósitos de carvão e minério de ferro, próximos uns dos outros e dos centros populosos. Como no Brasil não ocorre essa circunstância, ‘os processos econômicos dominantes nos últimos cem anos dificilmente permitiriam as soluções de seus problemas de transporte. A prevalecerem os processos do século XIX, o

desenvolvimento industrial do país teria que ser limitado (SIMONSEN, 1945, p. 90).

Segundo Carlos von Doellinger (1977), “essas conclusões foram francamente favoráveis ao prosseguimento e aperfeiçoamento da política industrialista” do governo (1977, p. 10). De fato, a solução apontada pela Missão Cooke para resolver as deficiências da indústria nacional, tais como a falta de bens de capitais, de fontes de combustíveis e de energia elétrica, parecem ter influenciado decididamente a proposta de planificação da economia. Segundo o próprio Simonsen, “a industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos” (1945, p. 95).

A partir dessa constatação e dos apontamentos da Missão Cooke, Simonsen elabora seu projeto de planificação para a economia brasileira. Segundo ele, a população brasileira crescia, aumentando a pressão demográfica nos centros urbanos e, na mesma proporção, aumentava a demanda por bens de consumo no país. Sendo o consumo interno brasileiro “cerca de 25 vezes inferior ao consumo interno norte-americano” (1945, p. 93), o governo brasileiro poderia conter os problemas sociais criando meios para aumentar a produção e com ela a renda nacional. “A prevalecer o lento ritmo observado em nosso progresso material – diz Simonsen - estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranqüilidades sociais” (SIMONSEN, apud CARONE, 1973, p. 304).

Acelerar o processo de industrialização nacional requeria, no entendimento de Simonsen, uma intervenção efetiva do governo na reestruturação do parque industrial brasileiro, o que não seria possível sem a planificação da economia como um todo.

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional (SIMONSEN, 1945, p. 95).

Segundo Edgard Carone (1973), estudando os exemplos de planejamento “da Rússia, da Turquia, e em menor escala dos Estados Unidos e da Inglaterra” (1973,



p. 304), Simonsen elaborou o seu plano, cujo eixo norteador foi descrito no parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944:

A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada.

De fato, em um país como o nosso, serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades extrativas e agropecuárias, as que usufruirão mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento.

Dependerá, ainda, essa industrialização, da intensificação do aperfeiçoamento dos transportes e dos processos de distribuição e comércio.

A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como os dos sociais e econômicos, de ordem geral (SIMONSEN, 1945, p. 96).

Outras duas medidas de seu plano merecem maior destaque: a criação de um vultoso plano quinquenal e a instalação da Usina de Volta Redonda, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Segundo Heitor Ferreira Lima (1976), esse plano quinquenal tinha por finalidade “um planejamento de todo o nosso sistema de produção e de prestação de serviços, distribuído em planos quinquenais, capaz de quadruplicar a renda nacional dentro de 10 a 15 anos, através da intensificação e ampliação de todos os setores de atividade, além da criação de outros novos (...)” (1976, p. 168).

O plano marcaria a entrada decisiva do governo na área da indústria de base, na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Sua execução deveria ocorrer sem prejuízo do equilíbrio das receitas e das despesas públicas.

Em 1941, Roberto Simonsen organizou a participação dos empresários na construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Esta primeira usina integrada de aço da América Latina apresentava-se como uma solução definitiva para o problema siderúrgico brasileiro.

## 2. A polêmica do planejamento econômico - Simonsen versus Gudin

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (agosto de 1942) desencadeou o debate por uma economia voltada à segurança nacional. O país entrou na era da intervenção estatal com a nacionalização de empresas estrangeiras e na criação de novas empresas estatais para atuar em áreas estratégicas de sua economia e segurança.

Da discussão em torno da nacionalização e da estatização surgiram dois órgãos executivos que dariam rumo às ações políticas em torno do assunto. Em 1944, surgiu o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), criado a partir da proposta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a liderança de Alexandre Marcondes Filho, e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional e sob influência do Ministério da Fazenda, este presidido pelo Ministro Souza Costa.

Segundo Eli Diniz (1978), Roberto Simonsen participou do CNPIC como representante da indústria, elaborando uma proposta de planificação econômica global que previa intensa atuação dos órgãos públicos de modo a favorecer o setor fabril. Na CPE destacou-se a presença de Eugênio Gudim, professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, defendendo a liberalização da economia, a supressão dos mecanismos de intervenção estatal e o monetarismo ortodoxo (1978, p. 217-218).

A partir dos trabalhos do CNPIC, Roberto Simonsen, designado relator, procurou basear-se no relatório da Missão Cooke sobre as carências do setor industrial brasileiro, concluindo que a renda nacional seria aumentada com a aceleração do processo de industrialização.

Entendendo que a industrialização traria benefícios para a coletividade e ciente de que esta não poderia ser alcançada pelos meios clássicos ou liberais e, ainda, de que o lento processo de desenvolvimento da indústria, em pouco tempo, colocaria o país frente a gravíssimos problemas sociais; Simonsen deu seu parecer favorável à planificação da economia brasileira, com “a fixação de uma política econômica de maior conveniência ao país” (SIMONSEN, 1945, p. 93).

Sua proposta era de um amplo programa nacional de desenvolvimento com um cronograma de execução baseado em planos quinquenais inspirados no modelo

soviético. Nesse sentido, ele avançou em seu projeto de intervenção do Estado na economia e alterou a proposta apresentada em 1937.

Em sua nova proposta, o Estado brasileiro deixava de ser apenas regulador e protetor, para assumir praticamente todas as atividades econômicas do país, desde a criação, geração e distribuição de energia e de várias fontes de combustíveis até a criação de indústrias chaves: siderúrgicas, metalúrgicas e químicas (SIMONSEN, 1945, p. 98-99).

O projeto visava ampliar o processo de estatização da economia já iniciado em anos anteriores, como na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN em 1941 e com a encampação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942.

Assim, com uma proposta de planificação mais global, Simonsen atribuía ao Estado a função que a iniciativa privada do país, por sua precariedade, não podia ainda assumir: a de investidor na indústria básica do país. Ou seja, o Estado deixaria sua função fiscalizadora e passaria a atuar diretamente como o principal empresário nacional.

O documento que continha sua proposta foi enviada à recém-criada Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, onde se encontrava Eugênio Gudín. Este recebeu o projeto e elaborou um parecer rejeitando completamente a proposta de Simonsen.

Duas questões destacaram-se na crítica de Gudín. A primeira referia-se às imprecisões de Simonsen sobre a renda nacional e à possibilidade de quadruplicá-la, o que Gudín considerava algo exagerado. A segunda referia-se ao conteúdo político-ideológico da proposta. Gudín considerava a intervenção estatal apresentada por Simonsen no relatório encaminhado à Presidência da República em outubro de 1944, no qual defende abertamente a planificação da economia brasileira, extremista demais, aproximando-se esta intervenção do modelo comunista soviético.

Em sua crítica, Gudín afirmava que não existia uma terceira via de desenvolvimento, mas apenas duas: “ou o do capitalismo de Estado com regime totalitário e supressão da propriedade privada dos meios de produção ou da democracia e da Economia Política” (DOELLINGER, 1977, p. 73).

Em réplica à Gudín, Simonsen responde que:



O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares; ao contrário cria um ambiente de segurança de tal ordem, que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito de propriedade (SIMONSEN, 1945, p. 14).

Argumentava que, sendo uma técnica, a proposta de planejamento econômico não trazia nenhuma conotação política ou ideológica. Tanto era assim, que “o planejamento econômico russo, no entanto, se firmou, em grande parte, nos ensinamentos, na técnica e nos aparelhamentos dos países capitalistas”, inclusive na racionalização taylorista do trabalho (SIMONSEN, 1945, p. 11).

Enquanto uma questão técnica, o planejamento poderia ser implantado em qualquer regime político, não havendo, portanto, nenhuma incompatibilidade entre ele e a democracia liberal. Segundo Simonsen: “num regime democrático, tem que ser elaborado e executado pelo consentimento consciente das suas forças vivas, sob o controle direto dos órgãos representativos desse regime, da imprensa e da opinião pública” (SIMONSEN, 1945, p. 45).

Tentando separar o planejamento de qualquer sistema político, Simonsen, referindo-se à União Soviética, afirmava que “o sistema de governo, a coletivização da propriedade e o planejamento econômico desse país, são três coisas diferentes, historicamente entrelaçadas, mas que não têm lógica ou praticamente, dependência uma das outras” (SIMONSEN, 1945, p. 11).

Para Simonsen, ao vincular o planejamento ao regime socialista e o liberalismo ao capitalismo, Gudin cometia um equívoco. Em seu entendimento, o intervencionismo estatal que promovia o planejamento econômico era técnico, não político, não sendo, portanto, incompatível com a iniciativa privada. Ou seja, “não é verdade que essa intervenção seja incompatível com um sistema baseado essencialmente nessa iniciativa privada”. Ao contrário, no Brasil, onde a acumulação capitalista ainda era incipiente, impunha-se a necessidade da intervenção do Estado para fortalecer a iniciativa privada. Nesse caso em particular, “a intervenção do Estado se impõe sempre onde se mostrar falha ou incapaz a iniciativa privada” (SIMONSEN, 1945, p. 68).

Assim, o planejamento era necessário para corrigir limitações e realizar as

correções de certas deficiências verificadas na iniciativa privada, estão sendo aplicadas pelas subvenções ou pelos impostos, conforme o caso. O mau uso dos recursos naturais vem sendo corrigido pela intervenção do Estado. O desperdício pela má orientação dos empreendimentos pode ser compensado pelo crédito seletivo, de difícil execução fora de um planejamento geral (SIMONSEN, 1945, p. 69).

Por aqui o intervencionismo seria utilizado para corrigir as deficiências do capitalismo, o que a iniciativa privada, por si só, não teria condições de realizar. A indústria nacional, sem forças para suportar a concorrência estrangeira em seu próprio mercado, seria abortada antes de ganhar maturidade suficiente para suportar tal concorrência.

Para atacar o liberalismo de Gudin, Simonsen retomou seu discurso antiliberal dos anos trinta, afirmando que seria ingenuidade pensar que, em um regime de livre comércio, o Brasil, nação pobre, teria condições de manter vivas as suas forças diante da concorrência estrangeira. Dirigindo-se à crítica de Gudin, Simonsen se defende, afirmando que:

O relator, condenando o protecionismo, esquece-se de que o livre-cambismo só existiu, até hoje, para os povos de riqueza já consolidada. A sua teoria de protecionismo limitado e temporário não se pode generalizar, pois que há, além de outros, muitos casos em que, em benefício da segurança nacional, é plenamente justificável um protecionismo permanente. Já Adam Smith escrevia, em fins do século XVIII: “a segurança vale mais do que a riqueza”. A Inglaterra, que foi campeã do liberalismo no comércio internacional, só o adotou depois de ter sua indústria montada em condições de absoluta superioridade, precisando, além disso, viver dos seus navios e dos seus entrepostos comerciais. Nenhum país ergueu um sistema industrial sem proteção (SIMONSEN, 1945, p. 58).

A proposta de Simonsen acabou vitoriosa e o governo brasileiro do Estado Novo atendeu a maioria de suas propostas. Porém, o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do Estado Novo (1945) abriram novas possibilidades em relação à política nacional de desenvolvimento, tornando-se a nova conjuntura um pouco diferente da que justificava a intervenção do Estado na economia pelo modo como vinha sendo executada no período da Guerra. Ou seja, a segurança nacional não se apresentava mais como justificativa.

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela divisão do mundo em dois blocos, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista liderado pela União Soviética. No campo das políticas ocidentais capitalistas, o pós-guerra foi marcado pelo retorno do discurso e das políticas liberais.

Na raiz desse retorno estava o Plano Marshal. Elaborado pelos EUA para a recuperação das potências ocidentais europeias atingidas pela Guerra, o Plano Marshal tinha por objetivo submeter os países latino-americanos em processo de industrialização às velhas condições impostas pela divisão internacional do trabalho, ou seja, à condição agro-exportadora, de antes da Guerra, para atender com matérias primas e alimentos os países europeus em reconstrução. Com isto, o Brasil havia de abandonar sua política industrialista para voltar à velha condição agro-exportadora de antes da Guerra.

Diante dessa ameaça, Simonsen toma uma postura mais defensiva para denunciar o perigoso caminho forjado pelas potências mundiais aos países latino-americanos em processo de industrialização. Desse modo, Simonsen volta-se às origens críticas de seu pensamento para denunciar as propostas “neoliberais”, que ganham força no contexto do pós Guerra.

No Brasil, essas ideias “neoliberais” começam encontrar espaço já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Rosa Maria Vieira (1987) explica que diante das forças neoliberais “que pretendiam que o país reiterasse e aprofundasse sua condição agrária, no âmbito da divisão do trabalho mundial” Simonsen “reafirmou os princípios protecionistas como elementos indispensáveis ao desenvolvimento industrial brasileiro”. Porém, temeroso da influência soviética e do espectro do comunismo que ele tanto combatia, Simonsen defende para o pós-guerra “a elaboração de planos de cooperação econômica, subsidiados pelos EUA” nos moldes do Plano Marshal (VIEIRA, 1987, p. 139).

Só que neste particular havia uma diferença básica, em vez de submeter toda a América Latina (inclusive o Brasil) à situação agro-exportadora de antes da Segunda Guerra, Simonsen, ao contrário, queria a industrialização como meio para aumentar a renda do trabalhador latino-americano e evitar, com isso, a entrada dos ideais comunistas nessa região do globo.

Assim, conclui Vieira (1987):

adequando-se aos tempos da Guerra Fria, usou como argumento, para reivindicar a ajuda econômica, a segurança do continente americano onde, segundo ele, o espectro do comunismo rondava os países pobres, de governos instáveis e massas famintas (1987, p. 139).

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) sob a influência dos EUA e atendendo aos apelos da Guerra Fria foi obrigado a abandonar a agenda nacional-desenvolvimentista deixada por seu antecessor, Vargas, e adotar uma política econômica relativamente aberta durante seu governo.

Com o retorno de Getúlio Vargas em 1951, a política nacional-desenvolvimentista seria retomada e não mais abandonada por seus sucessores (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart). Aliás, essa política não seria abandonada nem mesmo pelos militares (1964-1985).

No final de 1993, pouco antes de tomar posse em seu primeiro governo (1994/1998), Fernando Henrique Cardoso afirmou que era preciso encerrar a era Vargas. Ou seja, era preciso por fim a política nacional-desenvolvimentista. Seguindo a cartilha neoliberal dos “anos 90” a política de FHC foi marcada por um amplo programa de desestatização e de privatizações.

### 3. Referencias Bibliográficas

CARONE, Edgard. **Roberto Simonsen - Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Nacional, USP, 1973.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOELLINGER, Carlos von. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). **Brasil História – Texto & Consulta**. Era de Vargas (V. 4). São Paulo: HUCITEC, 1991.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2002.

ROMPATTO, Maurílio. **Roberto Simonsen e a evolução sem revolução: uma contribuição ao estudo do pensamento industrialista brasileiro (1911-1948)**. Maringá-PR: Massoni, 2011.

SIMONSEN, Roberto. **O Planejamento da Economia Brasileira: réplica ao Sr. Eugênio Gudín**. São Paulo: S/ed., 1945.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia**. São Paulo: USP, 1987.